

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR LITORAL

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA EDUCAÇÃO DO CAMPO:  
Repensando a Educação no Colégio Estadual Sítio Boa Ventura no Município  
de Boa Ventura de São Roque

NOVA TEBAS  
2014

PRISCILA GOMES DE LARA

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA EDUCAÇÃO DO CAMPO:  
Repensando a educação no Colégio Estadual Sítio Boa Ventura no Município  
de Boa Ventura de São Roque

Artigo apresentado como requisito parcial para  
obtenção de certificação do curso de  
Especialização em Educação do Campo, Setor  
Litoral da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof. Flávia Motta Lima Guedes

NOVA TEBAS

2014

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	05
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	05
3. METODOLOGIA.....	09
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	10
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	12
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	14
ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO AOS ALUNOS.....	16
ANEXO 2 – QUESTIONÁRIO AOS PROFESSORES.....	18

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA EDUCAÇÃO DO CAMPO:  
Repensando a Educação no Colégio Estadual Sítio Boa Ventura no Município  
de Boa Ventura de São Roque

Priscila Gomes de Lara  
Universidade Federal do Paraná Setor Litoral

**RESUMO:** O presente trabalho pretende discutir a realidade dos alunos do Colégio Estadual Sítio Boa Ventura no Município de Boa Ventura de São Roque/PR, culminando na reflexão sobre a educação destinada aos que moram no campo, enfocando o trabalho pedagógico e destacando algumas metodologias desenvolvidas para que estes alunos sejam valorizados e estimulados a prosseguir seus estudos sem precisar deixar o lugar onde vivem, propondo sempre que possível projetos que fortaleçam a agricultura local e o desenvolvimento de uma melhor qualidade de vida. Foi realizada uma pesquisa com professores e alunos do ensino médio a fim de traçar um perfil dos discentes e docentes.

**Palavras-chave:** Práticas Pedagógicas, Educação do Campo, Realidade Local

## **1. INTRODUÇÃO**

A história da educação no Brasil sempre focou a educação urbana, uma prova disso é uma taxa expressiva de analfabetismo presente nos povos do campo por muitas e muitas décadas. Foi a partir dos anos 90, que a educação do campo ganhou um espaço significativo, muitas foram as lutas e os movimentos sociais que aos poucos foram conquistando o espaço para que a educação do campo fosse vista dentro de sua peculiaridade.

Os alunos das escolas do campo têm necessidades e dificuldades diferentes dos alunos que moram nas cidades, não há como pensar em qualidade de educação sem valorizar o lugar e a história desse aluno, assim como também é de grande importância repensar as práticas pedagógicas e metodologias aplicadas nas escolas do campo, buscando despertar o interesse desses alunos e uma perspectiva de melhorar as condições de vida sem necessariamente ter que deixar a localidade onde vive.

De modo geral, o objetivo deste artigo é buscar uma reflexão a respeito das práticas pedagógicas para a educação do campo, visando uma educação de qualidade realizada através de metodologias inovadoras preparando o aluno para melhorar sua qualidade de vida e proporcionar a ele a oportunidade de se desenvolver de forma integral.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

No decorrer da história, a educação foi citada em todas as Constituições Brasileiras, entretanto, a educação rural especificamente não foi mencionada nas Constituições de 1824 e 1891. Leite (1999, p. 28) em seus estudos afirma que “os movimentos migratórios que ocorreram em 1910 e 1920, onde um grande número de agricultores deixou o campo e se dirigiram para os centros urbanos atraídos pela industrialização, foi um grande despertar da sociedade como um todo, incluindo esse despertar na educação rural”. E, foi no início do século XX, que a educação do campo iniciou-se através da organização dos povos do campo, que mostraram determinação nas suas lutas e reivindicações, por melhorias nas condições de trabalho, nas divisões das terras, na reforma

agrária e na defesa as terras indígenas foi assim que surgiu o Ruralismo Pedagógico.

Em 1937, foi criada a Sociedade Brasileira de Educação Rural, com o intuito de expandir o ensino e preservar a cultura do homem do campo. “O elevado número de analfabetos na área rural foi destacado no VIII Congresso Brasileiro de Educação, reforçando assim a preocupação com a educação rural”. (LEITE, 1999).

Após a II Guerra Mundial, criou-se a Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais. Foram instaladas as Missões Rurais e no fim dos anos 40 foi criada a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Na década de 50, foi criada a Campanha Nacional de Educação Rural e o Serviço Social Rural e na década de 1960, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 4024/61), deixa a educação rural a cargo dos municípios. Na mesma década, Paulo Freire oferece contribuições significativas à educação popular, com os movimentos de alfabetização de adultos e com o desenvolvimento de uma concepção de educação dialógica, valorizando a prática social dos sujeitos.

Em 1971, com a Lei 5692, não houve avanços para a educação rural, já que o 2º grau não era nem discutido para as escolas rurais.

O que ocorreu no decorrer dessas décadas era uma discussão inicial sobre o problema instalado no país, e muitas manifestações e reivindicações, porém, a realidade das escolas neste período não mudou muito.

Com a Constituição de 1988, a educação é destacada como um direito de todos e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96), há várias orientações que estabelecem um olhar mais peculiar a realidade dos alunos do campo. E vale ressaltar que a LDB em seu artigo 28, faz as seguintes menções à educação do campo:

“Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I- conteúdos curriculares e metodologia apropriada às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II- organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III- adequação à natureza do trabalho na zona rural” (BRASIL, 1996).

Com o reconhecimento da educação do campo, que traz a LDB e suas orientações, cabem as instituições de ensino a se organizarem adequando-se as peculiaridades do campo, o que deve ser uma conquista das escolas do campo, considerando que esta busca deve ser conjunta, tanto da comunidade escolar, quanto da comunidade local e do poder público.

Somente no final dos anos de 90, foram intensificados os debates sobre a educação do campo, como por exemplo: o I Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (I ENERA), o qual teve como objetivo pensar a educação pública a partir do mundo do campo, considerando o seu contexto geral, desde a especificidade cultural até a organização cotidiana de tempo e espaço e utilização do meio.

Em 1998, foi realizada a I Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo, que foi uma parceria entre o MST, a UnB, UNICEF, Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Em 2003, após essas discussões, o Estado do Paraná passou a coordenar uma proposta de uma Educação do Campo em várias regiões do Estado formando Grupos de Estudos da Educação do Campo, com os professores da Rede Estadual de Ensino do Paraná, e com o objetivo de estudar o histórico da Educação do Campo e os eixos temáticos das Diretrizes Curriculares da Educação do Campo específica para o Estado.

Em 2002, foi criada a Coordenação da Educação do Campo pela SEED/PR, e todos esses estudos auxiliaram o desenvolvimento nas escolas públicas de uma prática pedagógica a fim de preparar os jovens para permanecer no campo.

O mundo está em constante transformação, em diversas áreas como: política, social, cultural etc, e a educação precisa ser repensada considerando tais mudanças, como afirma Livia (2008), quando diz que “a sociedade atual se vê confrontada com o desenvolvimento acelerado que ocorre a sua volta, onde o desenvolvimento e as descobertas ocorrem em frações de segundos, colocando a sala de aula como um ambiente de pouco relevância para a consolidação do conhecimento”, não há como tratar a educação alienando-a da sociedade, no que diz respeito a educação do campo, é necessário olhar a

realidade dos alunos do campo para desenvolver metodologias condizentes com a realidade trazendo benefícios a comunidade local.

De modo geral, a educação para os povos do campo é trabalhada a partir de um currículo urbano. O questionamento é sobre a aplicação de um currículo e um trabalho pedagógico alienante, que causa desinteresse por parte dos alunos, portanto discutir a educação do campo e repensar a prática pedagógica é o primeiro passo para avançar em qualidade. Assim como afirma SILVA e RAMOS:

“os paradigmas sobre a inclusão da Educação do Campo no Brasil devem ser conquistados, de forma a tornar a sociedade inclusiva mais dinâmica. Favorecendo o desenvolvimento integral e global dos homens do campo a conseguirem lidar com as cobranças que o século XXI exigirá das pessoas” (SILVA e RAMOS, 2006)

Alguns autores tem publicado trabalhos sobre o assunto, é o caso de Caldart (2000), que se refere as conquistas da educação do campo sem deixar de mencionar os desafios existentes, e Arroyo (1989), que relata uma pedagogia mais ampla, que não se detém aos muros da escola mas que engloba os movimentos e as práticas sociais.

É importante ressaltar que as Diretrizes, norteiam uma Proposta Pedagógica que:

“valorize a diversidade cultural e os processos de interação e transformação do campo, a gestão democrática, o acesso do avanço científico e tecnológico e respectivas contribuições para a melhoria das condições de vida e a fidelidade aos princípios éticos que norteiam a convivência solidária e colaborativa nas sociedades democráticas.” (MEC, 2002)

Partindo dessa perspectiva, cabe aos professores buscar uma prática pedagógica diferenciada, a fim de articular os conteúdos curriculares com assuntos do dia-a-dia dos alunos. Propondo atividades que sempre tenham um elo com as experiências vividas, valorizando seus saberes e despertando nesses educandos o interesse em buscar novos conhecimentos, mostrando aos mesmos que o aprendizado é algo importante e útil.

Souza (2008) aponta alguns caminhos que podem tornar as práticas pedagógicas mais ricas, como trabalhar o currículo da escola englobando



assuntos como o lixo, a água, a horta escolar, o meio ambiente, a comunidade, a economia local, trabalhando através de conversas, pesquisas, documentários, palestras, vídeos, teatro, exposições a comunidade, etc. O que é um equívoco, é centralizar o conteúdo somente aos livros didáticos, uma vez que, “a escola do campo oferece uma infinidade de possibilidades curriculares.” (Souza, 2008), que podem ser exploradas e dinamizadas.

Para Silva e Ramos (2006), a prática pedagógica é complexa, e é necessário um amplo olhar do professor para que o conhecimento não seja restrito a sala de aula, assim como também afirma Veiga:

“O ensino é uma prática social concreta, dinâmica, multidimensional, interativa, sempre inédita e imprevisível. É um processo complexo que sofre influência de aspectos econômicos, psicológicos, técnicos, culturais, éticos, políticos, afetivos e estéticos.” (Veiga, 1996, p. 79).

Neste mundo de tecnologias e mudanças, é muito importante a valorização da produção coletiva de conhecimentos, onde o professor oriente essa construção, enfatizando a necessidade de aprender a aprender, a descobrir, a experimentar, a fazer, como afirma Silva e Ramos:

“entende-se que essa prática pedagógica requer mudança de atitude do professor frente as formas tradicionais de transmissão de conhecimento, configurando em especialidades isoladas. É preciso refletir sobre a construção de conhecimento, linguagem simbólica e racional que se utiliza no fazer pedagógico. Neste sentido deve-se perceber as necessidades da dinâmica e aprendizagem criando novas alternativas de planejamento e desenvolvimento curricular, resignificando a prática em sala de aula de forma a atender os desafios de aprendizagens apresentados.” (SILVA e RAMOS, 2006)

Conhecer a realidade dos alunos do campo e perceber suas necessidades são itens básico para o professor repensar sua prática.

### **3. METODOLOGIA**

A Educação do Campo se dá na sua totalidade quando considerada todas as práticas sociais presentes, pois estas interferem no processo, este trabalho teve como objeto de estudo a prática pedagógica desenvolvida com os

alunos do Colégio Estadual Sítio Boa Ventura, sendo a maioria oriunda da zona rural que dependem direta ou indiretamente da economia agrícola e pecuária. E pensando em educação no seu âmbito total, surgiu a necessidade de conhecer a realidade desses alunos considerando suas dificuldades e necessidades, bem como seus anseios e suas perspectivas de vida além de caracterizar a prática desenvolvida pelo professor.

Foram feitas entrevistas semiestruturadas de cunho quali-quantitativo com professores e alunos do CE Sítio Boa Ventura, totalizando 55 entrevistados.

Em um primeiro momento, os alunos do Ensino Médio foram entrevistados, com o intuito de identificar esses alunos e ter uma visão mais ampla sobre a realidade local e trabalhar com questões que faziam menção ao modo de constituição familiar, tipo de atividade desenvolvida na propriedade, tarefas realizadas pelos alunos quando não estão em atividade escolar e perspectiva de estudo e trabalho após a conclusão do ensino médio.

Em um segundo momento, os professores do colégio responderam ao questionário a fim de identificar o perfil do professor e sua visão de educação do campo, especificando o vínculo empregatício, a especialização docente e as diferenças curriculares e metodológicas entre escolas do campo e escolas urbanas.

Posteriormente, houve a análise, interpretação e discussão das respostas obtidas nas entrevistas.

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Por meio da pesquisa realizada com os professores, constatou-se que 14 dos 20 professores são contratos PSS, o que representa uma grande rotatividade de professores e funcionários e a presença de professores iniciantes, também uma parte significativa de professores moram em cidades vizinhas, outro item muito importante é que apenas 25% dos professores possuem especialização em Educação do Campo.

Quando questionados sobre as dificuldades encontradas na educação do campo, os professores foram unânimes ao relatarem que a maior dificuldade é “encontrar orientação e subsídios para trabalhar a Educação do

Campo, uma vez que, o assunto ainda é recente, e nem todos na escola têm a mesma visão, não há um direcionamento claro a respeito de metodologias”.

Quando questionados sobre a diferença entre escola do campo e outras escolas também a resposta foi a mesma, relatando que “a aula ministrada no colégio do campo é a mesma ministrada na escola da cidade, embora essa escola da cidade atenda muitos alunos oriundos de famílias agricultoras, não há uma metodologia que diferencie, o que é pedido aos docentes é que entendam a dificuldade de acesso a escola, por conta do mau tempo e más condições nas estradas, quanto à metodologia não há diferença entre alunos de escolas do campo e alunos de escolas urbanas”.

Segue abaixo um gráfico que resume as questões objetivas e em anexo o questionário aplicado aos docentes:

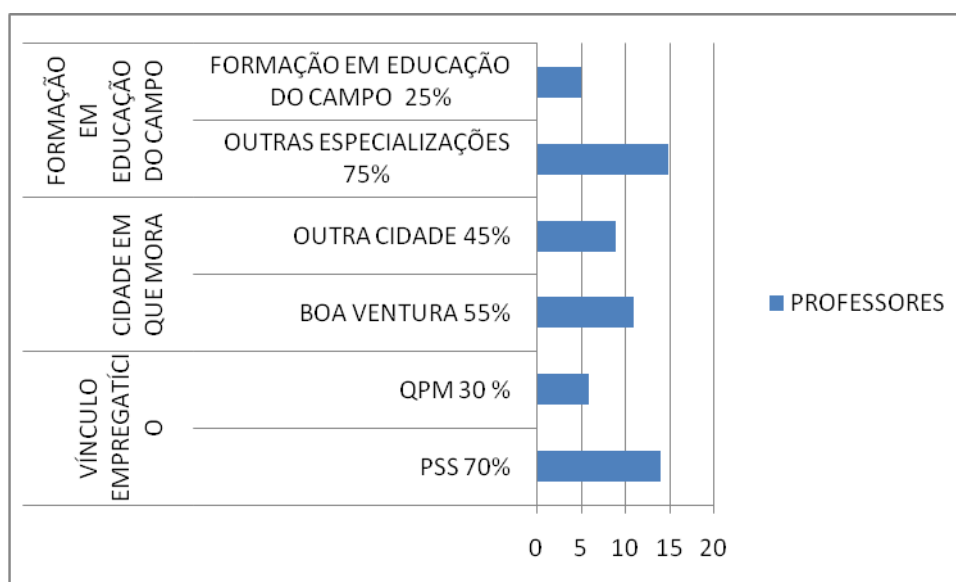


Gráfico 1: Resumo das respostas dos docentes entrevistados

Arroyo aproxima ao que foi observado, “sabemos que um dos determinantes da precariedade da educação do campo é a ausência de um corpo de profissionais que vivam junto às comunidades, que sejam oriundos dessas comunidades, que tenham como herança a cultura e os saberes da diversidade de formas de vida no campo. A maioria das educadoras e educadores vai, cada dia, da cidade à escola rural e de lá volta a seu lugar, a cidade, a sua cultura urbana. Consequentemente, nem tem suas raízes na cultura do campo, nem cria raízes” (Arroyo, 2007, p. 169).

Sobre a pesquisa realizada com o alunado, pode-se perceber que cerca de 95% são filhos de pequenos proprietários de terra e que as famílias possuem 2 ou 3 três filhos e a maioria obtém renda da agricultura, as famílias costumam plantar verduras e legumes e criar animais para consumo (como galinha e porco), o grande interesse dos alunos é realizar um curso técnico na área de agronomia e veterinária e continuar na propriedade para aprimorar o trabalho desenvolvido pelos pais. Constatou-se que 100% dos alunos, quando não estão na escola, desenvolvem alguma atividade na propriedade, e a maioria possuem responsabilidade pré estabelecida e recebem remuneração por este serviço. Segue em anexo o questionário aplicado aos alunos.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir dos estudos e pesquisa realizada, pode-se concluir que, a educação do campo deve acontecer dentro e fora do ambiente escolar, através de trabalhos coletivos, construindo conhecimentos significativos aos alunos e a sua realidade, englobando assuntos curriculares e assuntos cotidianos.

As práticas pedagógicas para a educação do campo vão além dos muros da escola e propõem uma metodologia inovadora e uma reflexão contínua de todo o processo

Segundo Brandão (2003):

“A tentativa de redução dos índices de evasão e repetência, sobretudo entre as camadas de alunos carentes, é sempre limitada quando realizada através da introdução de inovações simples de currículo e da aplicação de métodos, cuja eficácia, sem dúvida, é maior, quando em testes de laboratório. Uma das causas da distância entre os resultados experimentais e o trabalho escolar com novos métodos está em que o professor, principalmente o professor que trabalha, ele próprio, em escolas carentes, não pode, ou não quer trabalhar com o método tal como ele foi pensado” (BRANDÃO, 2003, p. 138).

As discussões sobre educação do campo aos poucos vem aumentando, o que é muito importante, existe a preocupação quanto à formação dos professores e a valorização da identidade dos alunos que moram no campo. Trabalhar a escola do campo dentro do contexto próprio não se detendo aos currículos urbanos é um processo em construção. E o caminho, sem dúvida, é

proporcionar ao aluno do campo o seu reconhecimento e valorização para que ele dentro do seu meio possa se desenvolver, e assim possa desenvolver novas formas de vivência e sustentabilidade.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel. **Políticas de formação de educadores (as) do campo**. In: Revista Cedes – Educação do Campo. v. 27, n. 72, maio/agosto. São Paulo: Cortez, 2007.

ARROYO, M. G., CALDART, R. S., MOLINA, M. C. (orgs.) **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis, RJ: 4ª Ed, Vozes, 2009.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Da escola rural de emergência à escola de ação comunitária. In: ARROYO, Miguel Gonzalez (org.) Da Escola Carente à Escola Possível. São Paulo, Sp: Editora Loyola, 6 edição, março de 2003

BRANQUINHO, L. A. **A Prática Pedagógica da Educação Atual**. 2008. In site: <http://meuartigo.brasilecola.com/pedagogia/a-pratica-pedagogica-educacao-atual.htm> acessado em: 04/04/2014

BRASIL. **Constituição República Federativa do Brasil**, 1988. Ministério da Educação.

BRASIL, **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo**. CNE/MEC, Brasília, 2002.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Lei nº 9394/96.

GIMENO SACRISTÁN, J. **Poderes Instáveis em Educação**. Porto Alegre: ARTMED Sul, 1999

LEITE, S. C. **Escola Rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999.

PARANA. **Diretrizes Curriculares da Educação do Campo**. Secretaria de Estado da Educação/SEED. Curitiba, 2006.

**SILVA, J. RAMOS, M. S. Práticas Pedagógicas numa Perspectiva Interdisciplinar, 2006**

**SOUZA. M. A. Educação do Campo: Políticas, Práticas Pedagógicas e Produção Científica.** Educ. Soc., Campinas, vol. 29, n. 105, p. 1089-1111, set./dez. 2008.

**VEIGA, I. P. A. A Prática Pedagógica do Professor de Didática.** 3.ed. Campinas: Papyrus,1996.

**ANEXO 1**

**COLÉGIO SÍTIO BOA VENTURA-EFM  
PESQUISA REALIZADA COM OS ALUNOS**

Este questionário será utilizado como pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso em Especialização em Educação do Campo – UFPR  
Desde já agradeço sua colaboração!

**1 – QUANTOS HECTARES DE TERRAS POSSUI:**

- |  |                                       |
|--|---------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> ZERO HECTARES | <input type="checkbox"/> DE 10 A 15   |
| <input type="checkbox"/> DE 1 A 5      | <input type="checkbox"/> DE 15 A 20   |
| <input type="checkbox"/> DE 5 A 10     | <input type="checkbox"/> DE 20 A 25   |
| <input type="checkbox"/> MAIS DE 20    | <input type="checkbox"/> OUTRO VALOR: |
- QUANTO? \_\_\_\_\_

**2 – QUAL A MÉDIA DE SALÁRIO MENSAL QUE A FAMÍLIA RETIRA DE SUA PROPRIEDADE**

- |   |                                       |
|---|---------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> ATÉ 1 SALÁRIO MÍNIMO | <input type="checkbox"/> OUTRO VALOR: |
| <input type="checkbox"/> DE 1 A 2             |                                       |
- QUANTO? \_\_\_\_\_
- DE 2 A 3  
 DE 3 A 4  
 DE 4 A 5

**3 – QUANTIDADE DE FILHOS DA FAMÍLIA**

- 1 FILHO  
 2 FILHOS  
 3 FILHOS  
 4 FILHOS  
 5 FILHOS OU MAIS

**4 – QUAIS AS ATIVIDADES SÃO DESENVOLVIDAS PELOS PROPRIETÁRIOS QUE GERAM RENDA**

- |  |  |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> AGRICULTURA   | <input type="checkbox"/> GADO DE LEITE |
| <input type="checkbox"/> GADO DE CORTE | <input type="checkbox"/> OUTROS:       |
- QUAIS? \_\_\_\_\_

**5 – QUAIS ATIVIDADES SÃO DESENVOLVIDAS PELO PROPRIETÁRIO PARA SEU PRÓPRIO CONSUMO:**

- |                                    |  |
|------------------------------------|--|
| <input type="checkbox"/> VERDURAS  | <input type="checkbox"/> MEL             |
| <input type="checkbox"/> ARVOREDOS | <input type="checkbox"/> TANQUE DE PEIXE |
- CRIA ANIMAL PARA CONSUMO - GALINHA, PORCO, GADO, ETC

**6 – QUAIS AS SUAS PERSPECTIVAS PARA O FUTURO**

- TERMINAR O ENSINO MÉDIO  
 FAZER FACULDADE: QUAL? \_\_\_\_\_  
 FAZER CURSO TÉCNICO: QUAL? \_\_\_\_\_  
 PRETENDE CONTINUAR NA PROPRIEDADE RURAL



NÃO PRETENDE CONTINUAR NA PROPRIEDADE RURAL.

7 – TRABALHA COMO EMPREGADO:

MEUS PAIS POSSUEM TERRAS E EU TRABALHO NA PROPRIEDADE COM ELES

MEUS PAIS POSSUEM TERRAS MAS EU TRABALHO EM PROPRIEDADE DE TERCEIROS

MEUS PAIS POSSUEM TERRAS MAS NÃO COSTUMO TRABALHAR NA PROPRIEDADE

MEUS PAIS POSSUEM TERRAS E ELAS SÃO ARRENDADAS A TERCEIROS

MORO NA FAZENDA DO PATRÃO E TRABALHO COMO EMPREGADO

**ANEXO 2****COLÉGIO SÍTIO BOA VENTURA-EFM  
PESQUISA REALIZADA COM OS PROFESSORES**

Este questionário será utilizado como pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso em Especialização em Educação do Campo – UFPR  
Desde já agradeço sua colaboração!

1 – VÍNCULO EMPREGATÍCIO: ( ) QPM ( ) PSS

2 – TEMPO DE DOCENCIA: \_\_\_\_\_

3 – MUNICÍPIO ONDE RESIDE: ( ) BOA VENTURA ( ) OUTROS  
MUNICÍPIOS

4 – POSSUI ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO?  
( ) SIM ( ) NÃO

5 – QUAIS AS DIFICULDADES ENCONTRADAS NA EDUCAÇÃO DO  
CAMPO?

---

---

---

---

6 – ENTRE AS ESCOLAS QUE LECIONA, QUAIS AS DIFERENÇAS ENTRE  
ESCOLA DO CAMPO E ESCOLAS URBANAS?

---

---

---

---

---

---